



# **TRIBUTAÇÃO NO BRASIL: PROBLEMAS E DESAFIOS**

**Cláudio Hamilton Matos dos  
Santos – IPEA**

**Apresentação na Comissão de  
Finanças e Tributação da Câmara  
dos Deputados, 17/05/2011**

## TRIBUTAÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS

- ICMS estadual (R\$ 271 bilhões em 2010)
- ISS municipal (R\$ 24,8 bilhões em 2009)
- COFINS federal (R\$ 139 bilhões em 2010)
- PIS/PASEP federal (R\$ 40 bilhões em 2010)
- IOF federal (R\$ 26,5 bilhões em 2010)
- IPI federal (R\$ 37,3 bilhões em 2010)
- CIDE combustíveis federal (R\$ 7,7 bilhões em 2010)
- Taxas diversas, numerosas mas pouco significativas



## TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA

- IR pessoa física (federal, incluindo IRRF\_L, R\$ 65,7 bi em 2010, mas note-se que estados e municípios ficam com o IR dos funcionários públicos, uns R\$ 15 bilhões em 2009).
- IR pessoa jurídica (incluindo IRRR remessas, ganhos de K e outros, R\$ 125 bilhões em 2010)
- CSLL (R\$ 45 bilhões em 2010)



## TRIBUTAÇÃO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTOS

- Sistema S (+/- R\$12 bi em 2010)
- Salário Educação (R\$ 11 bi em 2010)
- Contribuições dos empregados (e autônomos) para o regime geral da previdência social (RGPS) – uns R\$45 bi em 2010, sem contar contribuições de empregados domésticos e etc.
- Contribuições dos patrões (inclusive do governo) para o RGPS. (R\$82 bi de empresas e R\$ 18 bi do governo, sem contar SAT de R\$13bi, **SIMPLES, R\$18bi**, sub-rogação R\$17 bilhões)
- Idem para o regime de previdência dos servidores públicos (de difícil mensuração – variável intra-orçamentária, em muitos casos- mas o IBGE a estimou em R\$ 50 bilhões em 2008).



## TRIBUTAÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO

- IPVA, estadual (R\$ 21,5 bilhões em 2010)
- ITCD, estadual (R\$ 2,6 bilhões em 2010)
- IPTU, municipal (R\$ 13,8 bilhões em 2009)
- ITBI, municipal (R\$ 4,0 bilhões em 2009)
- ITR, federal (R\$ 470 milhões em 2010, por que não se cobra?)
- IGF, federal (não regulamentado)



## UM DETALHE IMPORTANTÍSSIMO.....

- Nosso sistema tributário é dual. As “contribuições sociais” são diferentes dos demais tributos porque foram idealizadas para financiar exclusivamente a seguridade social (saúde, previdência e assistência social) – e, enquanto, a DRU estiver em atividade, os gastos da União federal, apenas.
- Os demais tributos, por outro lado, são necessariamente distribuídos entre os entes federados e “de uso geral”.



## COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

- Carga Tributária (Brasil, 34,5% do PIB; OCDE, 36% do PIB);
- Tributos sobre bens e serviços (Brasil 16% do PIB, OCDE 11% do PIB);
- Tributos sobre a folha de pagamentos (Brasil 9,7% do PIB, OCDE 9,1% do PIB);
- Tributos sobre a renda pessoa jurídica (Brasil 5,2% do PIB, OCDE 4,2 % do PIB);
- Tributos sobre a renda pessoa física (Brasil 2,2% do PIB, OCDE 9% do PIB);
- Tributos sobre a propriedade (Brasil 1,3% do PIB, OCDE 1,9% do PIB).



## COMPARAÇÕES NACIONAIS

- Orçamento do Ministério da Saúde (LOA, 2011): R\$ 77 bilhões; Isto é mais do que se arrecada com IR de pessoas físicas no Brasil.
- Orçamento fiscal do Ministério da Defesa (LOA, 2011): R\$ 32 bilhões. Isto é pouco menos do que a arrecadação total do IPI.
- Orçamento fiscal do Ministério da Educação (LOA, 2011): R\$ 50 bilhões. Isto é pouco mais do que a arrecadação total da CSLL.
- Juros e encargos da dívida pública da União (LOA, 2011): R\$ 170 bilhões. Isto é mais do que a receita da COFINS e do IOF juntas.
- Ou seja, cada centavo arrecadado conta....





# PROBLEMAS DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL(CDES)

- 1 – O Sistema Tributário Brasileiro é injusto porque é regressivo e carga tributária mal distribuída
- 2 – O Sistema Tributário Brasileiro é injusto porque seu retorno social da carga tributária é baixo
- 3 – O Sistema Tributário Brasileiro é injusto porque desincentiva as atividades produtivas e a geração de emprego.
- 4 – O Sistema Tributário Brasileiro é injusto porque o pacto federativo é inadequado em relação a suas competências tributárias responsabilidades e territorialidades
- 5 – O Sistema Tributário Brasileiro é injusto porque não há Cidadania tributária no Brasil.



## EXPLICANDO OS PROBLEMAS...

- Regressividade: Os mais pobres pagam proporcionalmente mais tributos (tributação sobre bens é enorme no Brasil) – os mais ricos, notadamente não assalariados, encontram maneiras de evitar a tributação.
- Retorno social baixo: gastos públicos são mal focalizados
- Desincentivo à produção: sistema tributário complexo
- Pacto federativo: o Município de Paulínia em SP recebe R\$ 7200 por habitante de ICMS. Os municípios vizinhos de Cosmópolis e Nova Odessa, por sua vez, recebem pouco menos de R\$300 e R\$ 600, respectivamente. Isso sem falar na guerra fiscal.
- Cidadania tributária: vc sabe quanto paga de impostos?



## PROPOSTAS DE REFORMA TRIBUTÁRIA

- Concentram-se nos problemas (3) e (4) listados pelo CDES – efetivamente gravíssimos.
- Pouco se fala dos problemas (1), (2) e (5) – também muito graves.
- Avanços propostos para os problemas (3) e (4) incluem a simplificação da tributação sobre bens e serviços e novas regras de distribuição dos recursos públicos entre os entes federados – com o ICMS passando a ser cobrado no destino, criação de um fundo de equiparação fiscal, e desoneração da folha.
- Pouco se discute a tributação direta no Brasil. No entanto, avanços são possíveis e desejáveis no IPTU, no IR pessoa física, no ITR e no ITCD, principalmente.